



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007602-37.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Vanderval Santana de Paula**
 Requerido: **MULT PORTAS COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que adquiriu no estabelecimento da requerida duas venezianas, nas medidas em que especificou.

Alegou ainda que depois da entrega das mesmas

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

constatou que estavam em desacordo com as medidas da parede aonde seriam instaladas.

Ressalvou que as medidas das janelas foram repassadas a ele pelo responsável da obra, mas não teve êxito em realizar a troca perante o estabelecimento réu, de sorte que almeja à rescisão do contrato de compra e venda e a devolução do montante que despendeu.

Não extraio dos autos qualquer ato ilícito que pudesse ser imputado à ré e que rendesse ensejo às indenização pleiteada pelo autor.

Pelo que se apurou, é certo que ele desejava adquirir as venezianas na medida que especificou 1,20 X 1,00.

Na sequência objetivou trocar os produtos por outros com medidas diferentes, o que foi rejeitado pela ré, sob alegação de que as venezianas adquiridas pelo autor são peças exclusivas em dimensões e modelo, *fora do padrão de mercado*.

Reputo que não configurado os pressupostos de admissão do direito de arrependimento ou defeitos/vícios do produto previstos no Código de Defesa do Consumidor, a rejeição da ação é medida que se impõe.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida, à minguada base que lhe desse o devido respaldo.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se..

São Carlos, 18 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**